

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.841	9.989	Fornecedores	11	526	462
Contas a receber de clientes	6	1.169	977	Obrigações sociais e tributárias	12	532	492
Adiantamentos a fornecedores		24	-	Passivo de arrendamento	10	11.436	10.436
Tributos a recuperar	8	1.130	29	Adiantamentos de clientes		27	26
Outras contas a receber	7	321	378	Total do passivo circulante		12.521	11.416
Total do ativo circulante		9.485	11.373				
Imobilizado	9	689	404	Passivo de arrendamento	10	48.721	49.818
Ativo de direito de uso	10	67.104	66.447	Adiantamento para futuro aumento de capital	19	-	10.002
Intangível		35	3	Total do passivo não circulante		48.721	59.820
Total do ativo não circulante		67.828	66.854	Patrimônio líquido	14		
				Capital social		18.769	8.768
				Prejuízos acumulados		(2.698)	(1.777)
				Total do patrimônio líquido		16.071	6.991
Total do ativo		77.313	78.227	Total do passivo e patrimônio líquido		77.313	78.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1

Latitude Logística Portuária S.A.

Rod. Artur Bernardes - S/N – Bairro: Telegrafo Sem Fio – CEP: 66.115-000 – Belém – Pará
CNPJ: 34.956.980/0001-12 – www.latitudeportuaria.com.br

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	15	12.722	6.842
Custos dos serviços	16	<u>(7.356)</u>	<u>(3.485)</u>
Prejuízo bruto		<u>5.366</u>	<u>3.357</u>
Despesas administrativas e comerciais	16	<u>(1.713)</u>	<u>(1.009)</u>
Total		<u>(1.713)</u>	<u>(1.009)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>3.653</u>	<u>2.348</u>
Receitas financeiras	17	921	223
Despesas financeiras	17	<u>(5.495)</u>	<u>(2.662)</u>
Resultado financeiro		<u>(4.574)</u>	<u>(2.439)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		(921)	(91)
Impostos sobre a renda	18	-	<u>(1.254)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(921)</u>	<u>(1.345)</u>
Prejuízo por ação - R\$		(0,05)	(0,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(921)	(1.345)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>(921)</u>	<u>(1.345)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3

Latitude Logística Portuária S.A.

Rod. Artur Bernardes - S/N – Bairro: Telegrafo Sem Fio – CEP: 66.115-000 – Belém – Pará
CNPJ: 34.956.980/0001-12 – www.latitudeportuaria.com.br

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.768	(432)	8.336
Prejuízo do exercício	-	(1.345)	(1.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.768	(1.777)	6.991
Prejuízo do exercício	-	(921)	(921)
Integralização de capital	10.001	-	10.001
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.769	(2.698)	16.071

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(921)	(1.345)
<i>Ajustes para conciliar o resultado do exercício:</i>		
Depreciação e amortização	4.824	2.326
Juros de arrendamentos	5.486	2.658
	9.389	3.639
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(192)	(977)
Adiantamentos a fornecedores	(24)	-
Tributos a recuperar	(1.101)	(29)
Outras contas a receber	58	(349)
	(1.259)	(1.355)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	64	458
Obrigações trabalhistas	39	1.475
Outras contas a pagar	-	25
	103	1.958
Caixa gerado pelas atividades operacionais	8.233	4.242
Impostos sobre a renda pagos	-	(983)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.233	3.259
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado e intangível	(298)	(414)
Adição de intangível	(32)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(330)	(414)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento Arrendamento CPC 06	(11.051)	(1.167)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.051)	(1.167)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(3.148)	1.678
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9.989	8.311
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6.841	9.989
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(3.148)	1.678

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)**

1 Contexto operacional

A Latitude Logística Portuária S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), constituída em 23 de setembro de 2019, tem por único e exclusivo objeto social a exploração, sob o regime de arrendamento, da área e infraestrutura pública localizada dentro do Porto Organizado de Belém, Pará, para a movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis. A Companhia está estabelecida na Rod Artur Bernardes, s/n, Bairro Telegrafo sem fio, Belém, Pará, CEP: 66.115-000.

Contrato de arrendamento

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (“ANTAQ”), realizou licitação, na modalidade Leilão Presencial, conforme procedimento descrito no Edital nº 11.2018-ANTAQ e no Manual de Procedimentos, objetivando a seleção de proposta mais vantajosa, adotando-se o critério de maior valor de Outorga, para a celebração de Contrato de Arrendamento de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do Porto Organizado.

A Companhia ofertou R\$ 40.006 de valor de outorga e venceu o leilão para arrendamento da área e infraestrutura pública para movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos, especialmente combustíveis, localizada dentro do Porto Organizado de Belém, no Pará, denominada BEL02A.

Em 18 de dezembro de 2019, foi celebrado o Contrato de Arrendamento nº 10/2019 entre a União Federal por intermédio do Ministério da Infraestrutura (Poder concedente), com a interveniência da ANTAQ e da Companhia Docas do Estado do Pará com a Companhia. O contrato tem por objetivo arrendamento de área com 43.240 m², localizada dentro do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, a ser utilizada para movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos, especialmente combustíveis, com a estimativa de movimentação mínima determinada no item 7.1.2.1 do contrato e tem o prazo de 15 anos a partir de 25 de junho de 2021 (data de assunção).

Impactos sobre Covid-19 (Coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos uma vez que tais impactos podem ser relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia, visto

que nossa atividade principal é considerada essencial.

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus.

A Companhia continua atenta às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

A Companhia opera com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como a Resolução Normativa nº 28 da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo a aprovação dos membros da Conselho de Administração em 17 de maio de 2023.

(b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quando a capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro dos acionistas.

(c) Base de elaboração ou mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo através do resultado.

(d) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. Os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(e) Uso de estimativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações,

análise de risco de crédito para determinação de provisão para devedores duvidosos, assim como das análises dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

(i) Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos

de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas

Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

9

Latitude Logística Portuária S.A.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subseqüentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo o risco de realização avaliado pela Administração, que, quando necessário, constitui provisão perdas de crédito esperadas com base na avaliação individual dos créditos, na análise da conjuntura econômica e no histórico de perdas registradas por faixa de vencimento.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo do prazo destes recebíveis, a partir do seu reconhecimento inicial.

3.4 Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas cumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Na data de início, a Companhia mensura o ativo de direito de uso ao custo.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo mesmo prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor justo dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.6 Reconhecimento de receita

A Companhia presta serviços de armazenagem de combustíveis e sua receita é reconhecida em função da realização dos serviços e com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e os custos puderem ser mensurados com segurança.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% da parcela do lucro de exceder R\$ 240 mil no período de 12 meses, quanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% do sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros

ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não concede benefícios de longo prazo a seus empregados.

4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado - de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre sobre os contratos de arrendamentos.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Considerando que substancialmente os arrendamentos da Companhia estão atrelados ao IPCA, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

Em relação aos créditos a clientes, a Companhia possui um número restrito de clientes sendo a grande maioria acionistas da Companhia.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços refletem as condições de mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conta corrente	87	615
Aplicação financeira	6.754	9.374
	<u>6.841</u>	<u>9.989</u>

As aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, classificados como custo amortizado, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes corresponder aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cientes a faturar	1.169	977
	<u>1.169</u>	<u>977</u>

Os títulos a receber decorrente da prestação de serviços, são realizados e registrados em conformidade com a competência contábil do exercício, mas ainda não faturadas para os clientes em decorrência de condições contratualmente estabelecida. A Administração da Companhia entender não ser necessário a constituição de PECLD (Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa) em função de não existirem títulos em atraso.

7 Outras contas a receber

Os saldos das outras contas a receber estão apresentados da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros a apropriar	308	378
Outras contas a receber	6	-
Adiantamentos de salários	7	-
	<u>321</u>	<u>378</u>

8 Tributos a recuperar

Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
COFINS a recuperar	-	24
PIS a recuperar	-	5
IRRF a recuperar	171	-
IRPJ a recuperar	701	-
CSLL a recuperar	258	-
	<u>1.130</u>	<u>29</u>

9 Imobilizado

O ativo imobilizado é composto pelos seguintes itens:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		Taxa anual de depreciação
Computadores e periféricos	67	(20)	47	48		20%
Móveis e utensílios	2	(1)	1	2		10%
Imobilizado em andamento	641	-	641	354		-
	<u>710</u>	<u>(21)</u>	<u>689</u>	<u>404</u>		

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	48	11	-	(12)	47
Móveis e utensílios	2	-	-	(1)	1
Imobilizado em andamento	354	287	-	-	641
	404	298	-	(13)	689

10 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A seguir está apresentada a movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Prazo médio de amortização
Ativos arrendados - custo de aquisição	68.766	5.468	-	74.234	15 anos
Ativos arrendados - amortização acumulada	(2.319)	-	(4.811)	(7.130)	
	66.447	5.468	(4.811)	67.104	

A seguir está apresentada a movimentação do passivo de arrendamento:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Apropriação de juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2022
Passivo de arrendamento	60.254	5.468	5.486	(11.051)	60.157
	60.254	5.468	5.486	(11.051)	60.157
Circulante	10.436				11.436
Não circulante	49.818				48.721

11 Fornecedores

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por prestadores de serviços. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem valores representativos em atraso, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

12 Obrigações sociais e tributárias

	2022	2021
Salários a pagar	2	3
INSS a pagar	6	4
PIS a pagar	13	8
COFINS a pagar	58	37
IRPJ e CSLL a pagar	425	425
IRRF a pagar	8	3
Outras obrigações trabalhistas a pagar	17	10
ISS a pagar	3	2
	532	492

13 Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas

15

Latitude Logística Portuária S.A.

judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, julgou não relevante a constituição de provisão para cobrir as prováveis perdas.

Não existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é de R\$ 18.769 dividido em 18.769.387 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, proporcionalmente entre os sócios:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	9.384.694	4.383.881
Petroleo Sabba S.A.	9.384.694	4.383.881
	<u>18.769.387</u>	<u>8.767.762</u>

Direito das ações

Cada ação ordinária confere a seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Lucro líquido (prejuízo) por ação

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído os detentores de ações ordinárias pela qualidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há outros instrumentos patrimoniais ou de dívidas com efeitos diluidores do capital.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação.

Básico / Diluído	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(921)	(1.345)
Média ponderada de ações	17.935.918	8.767.762
Prejuízo básico e diluído por ação expresso em reais	(0,05)	(0,15)

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 não foi constituída reserva legal em função da existência de prejuízos acumulados.

Reserva de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital e outras destinações conforme aprovação em assembleia geral. Em 2022 não foi constituída reserva de lucros em função da existência de prejuízos acumulados.

15 Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita da prestação de serviço	14.836	7.979
(-) Impostos sobre vendas	<u>(2.114)</u>	<u>(1.137)</u>
	<u>12.722</u>	<u>6.842</u>

16 Custos e despesas por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operação e movimentação de combustível	1.998	823
Manutenções	14	68
Seguros	664	375
Energia elétrica	161	70
Depreciação direito de uso	4.811	2.197
Depreciação	13	7
Despesas com salários	565	149
Outras despesas e custos	91	24
Serviços prestados	738	715
Taxas e emolumentos	130	45
Despesas com viagens	48	18
IPTU	70	-
Outras receitas operacionais	(234)	-
Despesas tributárias	-	3
	<u>9.069</u>	<u>4.494</u>
<i><u>Classificadas como:</u></i>		
Custos dos serviços	(7.356)	(3.485)
Despesas administrativas e comerciais	<u>(1.713)</u>	<u>(1.009)</u>
	<u>(9.069)</u>	<u>(4.494)</u>

17 Resultado financeiro, líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimento de aplicações financeiras	918	223
Juros e multas recebidas	3	-
<u>Receitas financeiras</u>	<u>921</u>	<u>223</u>
Tarifas bancárias	-	-
Juros	(9)	(4)
Juros de arrendamentos	(5.486)	(2.658)
<u>Despesas financeiras</u>	<u>(5.495)</u>	<u>(2.662)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.574)</u>	<u>(2.439)</u>

18 Tributos sobre o lucro

Abaixo segue a reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(921)	(91)
<u>Adições</u>		
Juros de arrendamentos	5.486	2.658
Depreciação de arrendamentos	4.811	2.319
Outros	-	40
<u>Exclusões</u>		
Pagamentos de arrendamentos	(11.051)	(1.167)
Lucro real	<u>(1.675)</u>	<u>3.759</u>
Imposto de renda (15%)	-	(564)
Adicional de imposto de renda (10%)	-	(352)
Contribuição social	-	(338)
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(1.254)</u>

19 Transações com partes relacionadas

Acionistas

Petróleo Sabbá S.A.
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Ativo		Passivo				Resultado			
Contas a receber		Fornecedores		Adiantamento para aumento de capital		Receitas		Custos / Despesas	
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
585	531	163	163	-	5.001	7.762	5.085	2.090	709
585	446	-	-	-	5.001	7.074	2.894	-	-
1.170	977	163	163	-	10.002	14.836	7.979	2.090	709

Belém (PA), 31 de dezembro de 2022.

JENER LUIZ CORREIA
CONTADOR
CPF Nº 431.396.394-49
CRC Nº PE 010587/O-3

ROMULO DE ALMEIDA MAIA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF Nº 176.454.684-91

Fernando Alberto de Sousa Jatene
Diretor
CPF Nº 127.237.382-72